TL 2242

8 TESES E UMA PROPOSTA DE TRABALHO SOBRE A POLITICA PORTUGUESA FACE A TIMOR LESTE

Comissão para os Direitos do Povo Maubere

Maio 1984

INTRODUÇÃO

Este trabalho sobre a descolonização de Timor Leste apresenta 8 teses divididas em 2 partes de certo modo distitnas.

Numa delas, pretende-se encontrar os principais vectores que influenciaram o processo anterior à invasão. São 4 teses complementares que focam sucessivamente a influência indonésia neste processo, a política do governo central português, a actuação do governo de Timor e das Forças Armadas em Timor e, por fim, as possibilidades existentes e não tentadas de travar a agressão indonésia.

Na segunda parte, mostra-se em outras 4 teses como Portugal aceitou a invasão e o governo português apoia hoje a anexação, de tal forma que, de 1974 a 1984, não encontramos ruptura de procedimentos políticos para Timor Leste. Mostra-se também qual deveria ser o papel de Portugal de acordo com os princípios de Abril.

Seria extensa em demasia a transcrição de todos os documentos em que se fundamentam as 8 teses. Duas foram as fontes principais: os relatórios sobre Timor, os recortes da imprensa portuguesa e estrangeira e o Plano de Paz da Fretilin.

Para elas remetemos os intervenientes neste debate.

Finalmente, apresentamos uma proposta que visa facilitar a discussão, orientando-a num sentido eficaz.

I PARTE

4 Teses sobre o processo de Descolonização de Timor Leste

Período entre o 25 de Abril e 6 de Dezembro de 1975

1º A Indonésia, através de declarações públicas, conversações públicas e conversações secretas, ameaças e insinuações, pressões políticas sobre os vários intervenientes, acção diplomática e acção militar, controlou, de forma absoluta, todo o processo de descolonização de Timor Leste.

NOTAS:

a) De início afirmou a sua interferência no processo e a ausência de reivindicações territoriais.

A ambiguidade em matéria de descolonização e aplicação do programa do MFA em Timor Leste, aliás, não justificaira, à partida, uma posição indonésia mais ousada.

b) Mas simultaneamente, a Indonésia assegura, no terreno, a sua inserção no processo, através da APODETI.

c) A maior clarificação das intenções portuguesas no que respeita à descolonização (discurso de Spínola e lei 7/74) leva a Indonésia a modificar a posição inicial e a afirmar a existência de duas únicas soluções: integração na Indonésia ou ligação a Portugal.

Ao possível desenvolvimento da descolonização com a ida de Almeida Santos a Timor, responde com as conversações de Outubro (secretas) em Lisboa. Consegue aí alcançar um certo compromisso da parte portuguesa.

d) Perante a evolução do processo político português há radicalização das posições indonésias.

Começa a ser agitada a bandeira do anti-comunismo. À coligação Fretilin-UDT e à acção do MFA em Timor, responde com acções de pressão que conduzem primeiramente à ruptura da coligação e depois ao golpe da UDT.

Ao mesmo tempo mantém conversações secretas em Londres com Portugal e depois em Hong-Kong, conseguindo maiores compromissos da parte portuguesa: não internacionalização do problema; inviabilização da solução de independência, ligação de Timor Leste a Portugal ou à Indonésia; troca de informações e continuação de contactos.

e) Perante a reacção da Fretilin (único momento em que a Indonésia perde o controle político interno) incentiva a formação do MAC (Movimento Anti-Comunista) ao qual dá apoio militar aberto.

Conduz a acção diplomática visando impossibilitar a internacionalização do problema.

f) Perante a inoperância do governo português e conseguida a não internacionalização, incrementa a acção militar.

2º Os órgãos de poder em Portugal, através de uma política indefinida e ambígua em matéria de descolonização de Timor Leste, impossibilitaram a independência e facilitaram a anexação.

NOTAS:

a) Timor é, desde o princípio, o problema menor da descolonização.

b) A acção do governo português pauta-se, ao longo de todo o período entre Abril 1975 e Dezembro 1975, pela ideia de que a integração na Indonésia virá a ser inevitável.

No entanto, na defesa dos princípios de uma descolonização que se quer exemplar, afirma, no terreno, a aplicação de um esquema que conduza, pelo menos, a uma autodeterminação formal.

c) Os órgãos de poder em Portugal estão cientes dos interesses geoestratégicos da Indonésia e conduzem uma política de conversações secretas com aquele país, no sentido de assegurarem a não interferência directa mas comprometendo-se à defesa dos seus interesses (conversações de Outubro 74 e Março 75, por ex.). Reafirmam a existência das duas hipóteses mas comprometem-se a não fazer força sobre a continuação das ligações a Portugal.

d) Responsáveis do governo interferem directa e pessoalmente no processo denegrindo a independência.

e) Perante o sucessivo endurecimento das posições indonésias, Portugal mantém os esquemas de descolonização e remete os seu representantes em Timor ao isolamento. Não denuncia as interferências indonésias perante a comunidade internacional e deixa passar o tempo como se tudo estivesse a correr bem.

f) Perante o controle do território pela Fretilin, perante as afirmações deste partido de que continuava a reconhecer a soberania portuguesa, Portugal mantém a mesma atitude reafirmando a necessidade de conversações com os três partidos (embora soubesse o entendimento dos dois outros com a Indonésia).

Mantém uma política ambígua de propostas e contrapropostas. Não mantém uma acção diplomática firme que possibilitasse a internacionalização do problema.

g) Lisboa, embora com indícios seguros de que a agressão total por parte da Indonésia irá acontecer a curto prazo, não sai da sua posição de afirmação de princípios, nada fazendo para interessar no problema a comunidade internacional.

3º A descoordenação, a nível de análise e a nível de decisão, que se verificou entre os orgãos do poder em Timor e em Lisboa impossibilitou uma eficaz aplicação dos princípios de descolonização.

NOTAS:

a) Período inicial de grande indecisão. Período caracterizado pela multiplicidade dos níveis de decisão sem alteração das estruturas de comando nem substituição, por exemplo, do governador fiel ao regime fascista.

Estado próximo da ruptura na cadeia hierárquica militar. Simultaneamente, o aparecimento de agrupamentos políticos, tradutores das várias hipóteses quanto ao futuro de Timor Leste. Esforço significativo por parte de alguns responsáveis portugueses para a formação da APODETI.

b) A partir de Novembro de 1974 começa uma acção coordenada MFA - Governador Lemos Pires: aplicação estrita dos princípios da lei 7/74. A acção do MFA em Timor define-se por uma influência democratizadora das Forças Armadas Portuguesas e a acção consciencializadora e descolonizadora sobre o povo de Timor. Dificuldades disciplinares.

O isolamento por parte de Lisboa acentua-se.

c) Perante o evoluir da situação interna e externamente a descrença agrava-se, nasce a percepção de que a verdadeira política de Portugal é uma política de cedência à Indonésia e que a acção portuguesa em Timor, nos princípios de Abril, é só para salvar a face.

d) Ausência total de poder real, a partir de certa altura.

e) Face ao golpe da UDT e mesmo sabendo que esse golpe era uma clara interferência no processo por parte da Indonésia, mantém-se a posição de imparcialidade. Foi o momento último de uma possível actuação.

f) A partir daí afirma-se uma estratégia que se destina a 'manter a face' e deixar estiolar o processo até que algo aconteça. Ideia primeira: o abandono !

4º No período posterior a Agosto de 1975, quando Portugal já não tem possibilidade real de controlar inteiramente o processo e face ao seu desenvolvimento a nível interno e externo, a única possibilidade de impedir a invasão teria sido o reconhecimento da República Democrática de Timor Leste; ou, previamente, a abertura de negociações bilaterais com a FRETILIN.

NOTAS:

a)A situação anterior ao 25 de Abril, num passado próximo, caracterizava-se pela ausência de movimentos libertadores.

b) As duas formações políticas principais (UDT e FRETILIN) traduziram interesses de grupo diferenciados. A UDT congrega o espaço conservador. A FRETILIN parte duma base ideológica mais firme que a UDT e depois de se afirmar no ideário social-democrata vai alargar a sua visão do problema de Timor na experiência das fontes mais próximas: os movimentos de libertação das outras colónias portuguesas.
A APODETI surge 'a posteriori' por necessidade de dar representatividade à corrente integracionista.

c) As posições dos partidos foram fortemente influenciadas pelo desenvolvimento do processo político em Portugal, pelos avanços e recuos do governo português, pelas declarações oficiais ou oficiosas deste ou daquele responsável.

d) Embora existissem contradições e clivagens internas nos dois partidos timorenses, a coligação foi possível. As alterações políticas em Portugal, a intensificação da acção indonésia, conduzem à sua quebra, ao isolamento e à radicalização de posições da FRETILIN.

e) A cedência às posições indonésias por parte da UDT conduz este partido a fazer o jogo daquele país e a iniciar uma campanha simultâneamente anti-FRETILIN e anti-MFA. Daí resultou o enfraquecimento do poder português em Timor, enfraquecimento que se tornou maior quando este assumiu imparcialidade perante o golpe da UDT.

f) O grande erro do governo de Timor nesta fase foi não compreender que o domínio da totalidade do território pela FRETILIN não podia ser conseguido unicamente pela força das armas. Ele correspondia ao momento primeiro de transformação da consciência colectiva de um povo em consciência nacional.

g) Perante a comprovada agressão indonésia no decorrer de Outubro/Novembro 1975, pronunciadora da agressão final, o governo português pactua com o agressor.
A condução de uma campanha diplomática de denúnica daquelas acções, acompanhada por conversações directas com a FRETILIN, a ultrapassagem estratégica dos esquemas de descolonização e a cedência do poder de jure a quem o possuía de facto, com o reconhecimento imediato da nova nação, teria permitido travar a acção do invasor e internacionalizar, se necessário, o problema.

h) Como explicativa do impasse de Portugal, mais dois elementos:

1º A descolonização de Angola. Paralelismo de situações no que respeita à multiplicidade de forças em presença.

2º A situação anterior e posterior ao 25 de Novembro de 1975.

II PARTE

4 Teses sobre a Política Portuguesa para Timor Leste

Período entre 7 de Dezembro de 1975 e Abril de 1984

Se, durante o período anterior a 7 de Dezembro de 1975, abundam os factos e linhas de actuação imputáveis a Portugal, os 8 anos que se seguem pautam-se, predominantemente, pela situação contrária: silêncio e inércia.

1º A política dos governos portugueses desde a invasão de Timor até 1984 é coerente com as posições assumidas anteriormente perante a Indonésia.

NOTAS:

a) A grande constante deste período é a ausência de iniciativas que ponham termo à agressão indonésia. Embora se registem afirmações de princípio (individuais e oficiais, nomeadamente na Assembleia da República) a favor do restabelecimento dos direitos humanos e da paz na zona, estas declarações não são concretizadas.

b) As próprias declarações de princípio nem sempre foram claras no que se refere ao reconhecimento dos direitos à autodeterminação e independência, deixando o caminho aberto à integração na Indonésia.

c) A edição de uma nota do MNE, de 12/9/80, que apontava linhas de acção e princípios, nunca chegou a traduzir-se em actos consecutivos.

d) Durante este período registam-se inúmeras iniciativas internacionais (individuais e oficiais) de solidariedade com Timor Leste visando a garantia da independência. A nenhuma delas o governo português deu atenção ou seguimento, desprezando assim oportunidades que lhe eram dadas. Na prática, Portugal manteve o compromisso tácitamente assumido de não internacionalizar a questão.

e) Em Março de 1983, quando das conversações preliminares entre a FRETILIN e a Indonésia, acompanhadas da apresentação de um Plano de Paz em que a FRETILIN propunha que Portugal desempenhasse um papel activo, o governo opta, ainda, pelo silêncio, fingindo ignorar a situação. Era um momento fundamental para a solução do problema. A Indonésia, verificando a abulia de Portugal, viria a interromper as conversações e a quebrar o cessar-fogo, lançando nova ofensiva militar e diplomática.

f) Portugal abdicou de facto da sua posição de potência administrante, donde o governo português passou à aceitação da tese de integração na Indonésia.

2º Os orgãos de soberania portugueses procuram sistematicamente ignorar a forte consciência nacional do povo maubere, a sua resistência civil e militar e o papel da FRETILIN nesse movimento.

NOTAS:

a) A única forma do governo português justificar a sua cedência (tácita ou declarada) perante a integração de Timor Leste na Indonésia é escamotear a realidade: 9 anos de luta maubere contra o invasor; liderança da FRETILIN nesse processo; força e organização

crescente das Falintil; reforço da consciência nacional maubere, expressa na necessidade do invasor em reforçar permanentemente a repressão sobre os civis e cometer genocídio; testemunhos da Amnistia Internacional, da Cruz Vermelha Internacional, da Igreja e de personalidades isentas que testemunharam a situação em Timor Leste.

b) Perante a contra-informação que noticiava a extinsão da guerrilha maubere, o Governo português aproveita sempre para reforçar o seu silêncio e inércia. Perante notícias e testemunhos que patenteiam a força da resistência civil e militar ou o fracasso das operações militares indonésias, Portugal reage com o mesmo silêncio e paralisia, deixando toda a iniciativa à Indonésia.

3º As posições assumidas em 1984 pelo governo português (ou membros deste) constituem o corolário final e extremo de toda a política desenvolvida desde 1974, pois propõem publicamente a integração de Timor Leste na Indonésia e recusam a participação plena do povo maubere e da FRETILIN num processo sério de autodeterminação.

NOTAS:

a) As posições de Jaime Gama e Mário Soares coincidem plenamente com as propostas da Indonésia, nomeadamente no que se refere ao papel de Portugal. As iniciativas portuguesas parecem continuar a ser feitas de concluio com a Indonésia e em secretismo.

b) Ademais, estas proprostas surgem quando a Indonésia se encontra a braços com problemas internos urgentes (crise económica; desmoralização do exército indonésio; fracasso das operações militares indonésias; crescente expressão da recusa popular à integração; reacção das Igrejas, em solidariedade com o povo maubere; solidariedade internacional com a luta do povo de Timor Leste; reforço da oposição indonésia; luta armada na frente da Nova Guiné Papua; crescentes contradições internas no poder indonésio no que se refere à escolha de uma solução para Timor Leste: diplomática, política, militar...)
Neste quadro, Portugal actua como um aliado da Indonésia, ignorando a FRETILIN e o Plano de Paz e pugnando pela integração.

4º Uma acção diplomática decidida por parte de Portugal teria contribuído para o isolamento e enfraquecimento da Indonésia, favorecendo a paz na zona, a consecução dos princípios descolonizadores e a independência do povo maubere.

NOTAS:

a) A prova a contrario desta tese está num período de excepção da política portuguesa: durante 4 meses, em 1982, Portugal desenvolveu uma apreciável campanha diplomática que preparou o debate nas Nações Unidas, nesse ano. Embora defensiva, esta campanha contribuiu para que a comunidade internacional não esquecesse o carácter do problema de Timor Leste, donde resultaria sem dúvida o sancionamento da agressão e anexação indonésias.

b) Portugal não pode escudar a sua política no pressuposto (sempre presente nestes 10 anos) de que é inevitável a vitória militar indonésia. Pelo contrário, deve reconhecer que a resistência popular já deu provas de que não enfraquecerá, nem mesmo com uma integração sancionada legalmente e apadrinhada por Portugal. Por conseguinte apenas se admitiria do governo português que actuasse de acordo com os princípios constitucionais e internacionais, pugnando por uma solução de autodeterminação, independência, retirada total da Indonésia; os meios necessários seriam uma ofensiva diplomática permanente

conjugada com os países amigos (nomeadamente os cinco países africanos de expressão oficial portuguesa), reconhecimento da FRETILIN e adopção do Plano de Paz proposto por esta; para tanto Portugal dispõe de inúmeros instrumentos e apoios.

c) A tese defendida actualmente pelo governo nem sequer tem apoio dos movimentos de opinião já expressos em Portugal (deputados, partidos, Igreja, organizações de solidariedade, personalidades diversas, etc), pelo que nada justifica (a não seu um possível compromisso secreto com a Indonésia).

d) Com a integração de Timor Leste na Indonésia Portugal não tem nada a ganhar - política, económica ou militarmente. A independência da ex-colónia, pelo contrário, abriria algumas perspectivas: perante a opinião pública internacional; cultural, económica e politicamente - como se prova no caso das outras ex-colónias. E mesmo nestes casos tudo prova que os erros de percurso são recuperáveis; só os erros nas opções políticas de fundo (caso de Timor Leste) podem tornar-se irremediavelmente graves.

III PARTE

Se, em relação a outros capítulos da descolonização, se trata de fazer um balanço, uma análise retrospectiva conclusiva e, eventualmente, saber o que se deve seguir à descolonização em matéria de relações entre os países irmãos, já em relação a Timor Leste a situação diverge em absoluto: a descolonização não foi cumprida; os princípios de Abril não foram respeitados; existe toda uma política de 10 anos que é necessário analisar e fazer inflectir; o povo português (e até a Assembleia da República) encontra-se tão à margem de um processo (do poder português) atentatório da dignidade dos povos e dos direitos humanos como antes do 25 de Abril.

Naturalmente que esta questão não pode ser debatida com seriedade nalgumas dezenas de minutos. Por outro lado, ousamos dizer que o desprezo por este debate equivale ao esquecimento definitivo e declarado dos princípios de Abril.

Assim, a não ser possível um verdadeiro debate conclusivo (e com perspectivas intervenientes) neste Seminário, propomos seja decidida a continuação do debate noutra data.

Finalmente, e para além das 8 teses apresentadas, apontamos mais 4 questões que são outras formas de abordar a questão de Timor Leste.

1. Em 1974, Timor Leste era uma 'província' que, tendo um povo, uma cultura e uma história própria, vivia uma situação diferente das ex-colónias onde a guerra de libertação se encontrava agudizada (por ex. Angola, Moçambique e Guiné). Hoje, porém, passaram 10 anos de resistência civil, militar, cultural e política que alteraram completamente os dados objectivos e que cria uma nova situação de facto. Por outro lado, Portugal continua a ser potência administrante de jure mas já não de facto. Questões levantadas:

- Irreversibilidade do processo de luta pela independência.
- Papel prático de Portugal perante o seu estatuto jurídico.
- Significado particular de 'descolonizar' neste caso.

2. Dentro de Timor Leste, em particular nas zonas libertadas, ou em luta, a FRETILIN é a única força política com expressão e acção reais. A Indonésia reconhece-o de facto e atribui-lhe um papel representativo ao sentar-se à mesa das negociações. Diversos países e entidades internacionais o reconheceram também. Questões postas:

- Reconhecimento da FRETILIN como movimento de libertação, e mesmo como único interlocutor possível dentro de Timor Leste e, obviamente, como único representante da resistência ao invasor e da consciência nacional.

- Qual o seu estatuto jurídico; qual o seu papel na preparação da paz naquela zona e na garantia dos princípios (universalmente aceites) de afirmação da identidade nacional maubere e da independência.

- Responsabilidade de Portugal caso venha a criar uma situação do tipo cessar-fogo imposto de fora, com o objectivo de criar condições e ganhar tempo para o desenvolvimento de partidos fantoches em Timor Leste.

3. A FRETILIN apresentou à opinião pública internacional, às autoridades indonésias e a órgãos de soberania portugueses um Plano de Paz (em anexo). Questões levantadas:

- Papel de Portugal; responsabilidade do poder português perante o povo de Timor Leste e a comunidade internacional.

4. Quanto à política portuguesa para Timor Leste, já vimos o seu significado (ou pelo menos o seu resultado objectivamente inequívoco). Questão levantada:

- Quais os meios e formas de provocar e realizar uma inflexão dessa política?
- Quais os princípios (autonomia, independência, paz na zona, reconhecimento internacional, etc) a preservar e como obter uma coerência de facto entre princípios e iniciativas.

5. Do ponto de vista constitucional e interno, em Portugal:

- Papel da Presidência da República.
- Papel do Governo e da diplomacia.
- Papel da Assembleia da República.
- Papel dos defensores dos princípios de Abril. (Não esquecendo o significado da Revolução do 25 de Abril de 1974 e, em contraponto, o carácter ditatorial e atentório dos direitos humanos do regime de Suharto).

PLANO DE PAZ DA FRETILIN

Anexo
à comunicação da Comissão para os Direitos do Povo Maubere
apresentada no Seminário 25 de Abril - 10 anos depois

FRENTE REVOLUCIONARIA DE TIMOR-LESTE INDEPENDENTE

(REVOLUTIONARY FRONT FOR AN INDEPENDENT EAST TIMOR)

FRETILIN

O PLANO DE PAZ DA FRETILIN

Em 20 e 23 de Março de 1983, a FRETILIN e a Indonésia decidiram iniciar, em território livre de Timor Leste controlado pelas FALINTIL (Forças Armadas de Libertação Nacional de Timorleste), um processo de diálogo a fim de pôr termo a uma guerra que já durava há cerca de oito anos e que estava longe de terminar.

Desde sempre, a FRETILIN encarara a via da negociação como o caminho mais acertado para a busca de uma solução global, definitiva e respeitadora dos interesses do Povo Maubere e dos Estados da área em que Timor Leste se insere. Sòmente o aventureirismo dos falcões militares indonésios levou o Povo Indonésio e o Povo Maubere a uma guerra durante a qual ambos os Povos vieram a sacrificar-se e a sofrer perdas e danos inestimáveis nos domínios material, humano e moral.

Sob a direcção da FRETILIN, o Povo Maubere respondeu à guerra de genocídio decretada pelos generais indonésios com a guerra de Resistência Nacional provando assim, a sua capacidade e determinação de lutar pela salvaguarda dos seus legítimos interesses e justas aspirações.

Quando nos começos de 1983, a Indonésia fez sentir o seu desejo de entabular Conversações Preliminares com a FRETILIN, um novo capítulo na história do Povo Maubere acabara de se abrir. Era o capítulo da Perspectiva da Paz tão desejada por ambos os Povos.

A FRETILIN através do seu órgão máximo do Comando da Luta, o Conselho Revolucionário de Resistência Nacional -CRRN- apresentou ao Governo Indonésio o seu Plano de Paz cuja aplicação garantiria, por um lado, o respeito pelos direitos do Povo Mau-

bere e sua vontade livremente expressa, e por outro lado, a possibilidade de os Países também interessados no problema de Timor Leste fazerem o acompanhamento do processo. Aliás, em 10 de Maio de 1983, o Presidente do Conselho Revolucionário de Resistência Nacional e Comandante-em-Chefe das FALINTIL, Kay Rala Xanana Gusmão emitia um Comunicado à Imprensa onde se lia:

"A FRETILIN declara que o Povo Maubere está consciente da sua inserção no Sudeste Asiático. A FRETILIN declara, por isso mesmo, que não desejou, não deseja nem desejará que Timor Leste seja um foco de irradiação de conflitos. Timor Leste é um país não-alinhado e segue a política de coexistência pacífica. Os seus princípios regularão as relações com todos os Países e estreitarão os laços de cooperação no plano técnico, económico e cultural com os seus vizinhos. O Povo Maubere sabe que deve respeitar os interesses dos seus vizinhos e acredita também que os seus legítimos interesses serão respeitados."

Não obstante a Indonésia ter reaberto as hostilidades e rompido unilateralmente o cessar-fogo acordado em 23 de Março de 1983 como o primeiro passo para a aplicação do Plano de Paz, este constitui hoje, sem dúvida alguma, um instrumento fundamental de intervenção política e diplomática do Povo Maubere. A sua concepção no calor da luta armada é garantia da sua maturidade já que resulta do acumular de experiências de oito anos de luta política. Constitui a única proposta consequente apresentada até à data para a resolução do conflito.

O Plano de Paz que já foi apoiado pelos Chefes de Estado de Angola, Cabo Verde, Guiné Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe na Cimeira de Bissau , em Dezembro de 1983, constitui , finalmente uma plataforma em tornó da qual se pode unir um leque diversificado, política e geogràficamente, de Países amantes da Paz, do Progresso e da Justiça, e, articular a solidariedade internacional.

I. No âmbito das Resoluções 1514 (XV) e 1541 (XV) da Assembleia Geral da ONU, sob a mediação do Secretário Geral desta Organização, deverão ser encetadas Conversações directas entre Portugal, Indonésia e FRETILIN, no quadro das Nações Unidas para debater:

a - A constituição de uma Força de Paz da ONU ou uma Força Multinacional, devendo assegurar a sua imparcialidade como condição indispensável para garantir e viabilizar:

. o funcionamento de uma Administração Transitória
. a implementação correcta das decisões tomadas ao longo do Processo de Diálogo sobre o estacionamento das forças beligerantes - as FALINTIL e as Forças Armadas Indonésias

b - A organização de consultas livres e democráticas ao Povo Maubere

c - A marcação de uma data para a transferência da soberania

II. Reserva-se à Austrália o direito de participação nas Conversações como Observador

III. Mais observadores poderão ser aceites desde que propostos em igual número por cada uma das partes referidas no ponto I. e acordados por todos.

2 DE MAIO

10H30

Sessão de Abertura (grande auditório)

14H30

DEMOCRATIZAR (auditório n.º 2)

O sistema de relações do poder político:

— **Boaventura S. Santos**
— **Piteira Santos**
— **Helder Macedo**
— **Joaquim Aguiar**
— **José Medeiros Ferreira**

DESCOLONIZAR (sala 1)

A política colonial portuguesa:

— **Piteira Santos**
— **Vítor de Sá**
— **Adelino Torres**
— **Eduardo S. Ferreira**
— **Manuel Alegre**
— **Manued Braga da Cruz**

A situação militar em cada um dos Teatros de guerra:

— **Carlos Fabião**
— **Souas Meneres**

DESENVOLVER (auditório n.º 3)

O sistema produtivo:

— **João Ferreira do Amaral**
— **Ivo Pinho**
— **Vítor Dionizio**
— **António Romão**
— **José Manuel Rolo**
— **Admanso Pimpão**
— **Luís Calado**
— **João Abel Freitas**
— **Afonso Ramos**
— **Ribeiro Mendes**
— **Manuel Pinho**
— **Carlos Crujeira**

21H30

Sessão de cinema c/ debate (salão de festas do grupo desportivo do BESCL)

3 DE MAIO

09H30

DEMOCRATIZAR (auditório n.º 2)

O sistema de ensino:

— **Rui Grácio** — **António Brotas**
— **Aldónio Gomes** — **Hermano Saraiva**

DESCOLONIZAR (sala 1)

Políticas de descolonização:

— **Mário Tomé**
— **Rebelo Gonçalves e outros**
— **Sacramento Marques e outros**
— **Melo Antunes**
— **CIDAC**
— **Pezarat Correia**

DESENVOLVER (auditório n.º 3)

O espaço económico nacional:

— **Carlos Barata**
— **Gualter Furtado**
— **Rogério Roque Amaro**
— **Helder Macedo**
— **Manuel Brandão Alves**
— **Mendes Baptista**
— **António Figueiredo**
— **Clara Mendes**

14H30

DEMOCRATIZAR (auditório n.º 2)

A comunicação social:

— **Adriano Rodrigues** — **Cesário Borga**
— **Mário Mesquita** — **Augusto Carvalho**

DESCOLONIZAR (sala 1)

Os processos de descolonização:

— **Vinício Alves de Sousa**
— **Carlos Fabião e outros**
— **Vítor Crespo e outros**
— **Rosa Coutinho**
— **Martins e Silva e outros**

DESENVOLVER (auditório n.º 3)

O nível de vida da população:

— **Manuela Silva**
— **Maria de Lurdes Quaresma**
— **Agostinho Roseta**
— **António Mil-Homens**
— **Marcelo Curto**
— **Armando Castro**
— **Carlos S. Proença**
— **Mário Murteira**

21H30

Sessão de cinema c/ debate (salão de festas do grupo desportivo do BESCL)

(Este programa não tem carácter definitivo)

4 DE MAIO

09H30

DEMOCRATIZAR (auditório n.º 2)

O sistema de relações de trabalho:

— **José Luís Judas**
— **Marcelo Curto**
— **Kalidás Barreto**

DESCOLONIZAR (auditório n.º 3)

O problema dos retornados e sua integração:

— **Fernando Dacosta**
— **Comissão para os direitos do povo Maubere**

DESENVOLVER (sala 1)

Apresentação de painel:

— **Américo Ramos dos Santos**
— **Alfredo Marques**
— **João Martins Pereira**
— **José da Silva Lopes**
— **António Sousa Gomes**
— **António Gouveia Portela**
— **Augusto Mateus**

14H30

DEMOCRATIZAR (auditório n.º 2)

O sistema de valores:

— **Eduardo Cortesão**
— **António Rego**
— **António Vitorino de Almeida**
— **Helena Cidade Moura**
— **Cecília Barreira**
— **Rangel de Lima**

DESCOLONIZAR (auditório n.º 3)

Principais reflexos da descolonização nas relações externas de Portugal:

— **Eduardo Lourenço**
— **Maria de Lurdes Pintassilgo**

DESENVOLVER (sala 1)

Continuação do painel da manhã .

17H00

Sessão de encerramento (auditório n.º 2)

21H30

Espectáculo evocativo da canção de intervenção (Coliseu dos Recreios)

25 DE ABRIL

DEZ ANOS DE LIBERDADE

Comp. e Imp. na Tip. - Escola da ADFA

ASSOCIAÇÃO 25 DE ABRIL

SEMINÁRIO:

25 DE ABRIL —

—10 ANOS DEPOIS

Na Fundação Calouste Gulbenkian

— de 2 a 4 de Maio —

1984